

10 – SEXTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 2024

8. Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação Corretiva concomitante com a Licença de Operação – “Ampliação”:

8.1 Pedreira Moreira Neiva Ltda. - Extração de rocha para produção de britas; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco - Cristiano Ottoni/MG - PA/SLA/Nº 817/2024 - ANMs: 831.278/2000 e 831.167/2010 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA ZM.

9. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva:

9.1 Mineração Positiva Ltda. - Pilha de rejeito/estéril - Minério de Ferro; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a úmido; Lava a céu aberto - Minério de Ferro - Antônio Dias/MG -PA/SLA/Nº 3322/2022 - ANM: 4.655/1961 - Classe 5. Apresentação URA LM.

10. Processo Administrativo para exame de Fechamento de Mina:

10.1 AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S.A./Unidade Minerio-Metalúrgica Mina Velha - Lava subterrânea sem tratamento ou com tratamento a seco, exceto pegmatitos e gemas - Nova Lima/MG - SEI/Nº 2090.01.0002912/2022-17 - ANM: 002.609/1935 - Classe 5. Apresentação: Diretoria de Gestão de Barragens e Recuperação de Áreas de Mineração e Indústria (DGB).

11. Assuntos gerais.

12. Encerramento.

Yuri Rafael de Oliveira Trovão  
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias

10 2000071 - 1

Pauta da 93ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Agrossilvopastoris (CAP) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Data: 23 de outubro de 2024, às 9h.

Endereço virtual da reunião:  
https://www.youtube.com/channel/UChU1iAb462m8py3C1jsJl4w

1. Abertura pelo Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvopastoris (CAP).

2. Execução do Hino Nacional Brasileiro.

3. Comunicado dos Conselheiros.

4. Comunicado da Secretaria Executiva.

5. Exame da Ata da 92ª RO da CAP de 25/09/2024.

6. Processos Administrativos para exame de Licença de Operação Corretiva:

6.1 Alexandre de Aguiar Rocha/Fazendas São Diogo, Tamboril, Matozinho, Olhos D'água - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo e Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime de confinamento - São João da Ponte/MG - PA/SLA/Nº 1279/2023 - SEI/ Nº 1370.01.0045213/2023-64 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA NM.

6.2 Sérgio Lucio Silva de Andrade/Fazenda Brejinho e São José da Veredinha - Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura - Unai/MG - PA/SLA/Nº 409/2023 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA NOR.

6.3 Pedro Humberto Veloso/Fazenda Fradriques; São Lourenço; Lugar denominado Mata dos Salgados; Fazenda Fradriques e Fradiques Lugar Chácara; Fazenda Fradiques, Lugar denominado Campestre; Fazenda Paraíso; Chácara Riacho Paraíso; Fazenda Paraíso IV - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura; Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura; Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo; Avicultura; Horticultura (Horticultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despumamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes; Aquicultura e/ou unidade de pesca esportiva tipo pesque-pague, exceto tanque-rede - Carmo do Paranaíba/MG - PA/SLA/Nº 2343/2023 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA TM.

7. Processo Administrativo para exame de Exclusão/Inclusão de Condicionantes da Licença de Operação Corretiva:

7.1 Santa Rosa Agricultura e Pecuária Ltda./Fazenda Santa Rosa e Cana Brava - Barragem de irrigação - Paracatu/MG - PA/Nº 12095/2009/002/2013 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA NOR.

8. Assuntos gerais.

9. Encerramento.

Fernando Baliani da Silva  
Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvopastoris

10 2000074 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- LAS RAS: 1) Sul Incorporação e Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda, Interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto; Estação de tratamento de esgoto sanitário; Lotemente do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, Goiânia/MG, PA nº 1402/2024, Classe 2. Motivo: Impossibilidade técnica.

(a) Dorgival da Silva  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

10 2000233 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1) Skava - Minas Mineração, Construções e Transportes Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Nova Lima/MG, processo n 2341/2024.

(a) Mateus Romão Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

10 2000088 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) AFRANIO CESAR IRENO, Silvicultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Inmutaba/MG, PA nº 2294/2024. 2) COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG - ETA Maria Amália, Estação de tratamento de água para abastecimento, Curvelo/MG, PA nº 2295/2024. 3) CONSORCIO AGR/CSR II / ALMENARA-MG, Usinas de produção de concreto asfáltico, Almenara/MG, PA nº 2297/2024. 4) SELECT FUND REFORESTAMENTO E EXPLORACAO DE MADEIRA LTDA - Fazenda Buriti e outras, Silvicultura, Diamantina/MG, PA nº 2904/2023.

(a) Carla Fernanda de Araújo  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha torna público que foi firmado o Primeiro Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

- COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO SERRO LTDA, Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Formulação industrial de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais, inclusive moagem de grãos, com finalidade comercial, Serro/MG. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de vencimento do TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 04/2023- SEMAD/SUPRAM JEQU-LICENCIAMENTO (04/10/2024).

(a) Carla Fernanda de Araújo  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha

10 2000042 - 1

A Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no período de 30/09/2024 a 11/10/2024, conforme ato publicado em 27/09/2024, torna público o cancelamento do processo abaixo identificado: LAS CADASTRO:

1) Município de Cláudio - Unidade de triagem de recicláveis, Central de recebimento, armazenamento temporário, triagem ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, não contaminados com óleos, graxas, agrotóxicos ou produtos químicos e Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de resíduos eletroeletrônicos, sem a separação de componentes, que não implique exposição de resíduos perigosos, Cláudio/MG, Processo nº 5760/2020, classe 1. Motivo: pela perda do objeto em razão de ter sido concedida sua ampliação. Essa licença perde a validade na data de vigência do processo 1546/2023.

(a) Flávia Mara dos Santos Lopes.  
Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

A Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no período de 30/09/2024 a 11/10/2024, conforme ato publicado em 27/09/2024, torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) Dragagem A. M. Ltda, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Pompêu - MG, Processo nº2358/2024, com validade até 09/10/2034. 2) Marcio Marques Junior / Fazenda Ponte Queimada, Floresta E Pedraça Mat 39.020, Avicultura, São Sebastião do Oeste - MG, Processo nº2360/2024, com validade até 09/10/2034. 3) Servisul Aluguel de Máquinas e Equipamentos Ltda, Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, São Simão - GO, Processo nº2359/2024, com validade até 09/10/2034. 4) Master Ligas Comercial Ltda, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados, Cláudio - MG, Processo nº2366/2024, com validade até 09/10/2034. 5) W. G. Eustáquio Martins Ltda, Produção de fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico superficial, inclusive a partir de reciclagem, Divinópolis - MG Processo nº2369/2024, com validade até 09/10/2034. 6) Indústria de Cal Mg Ltda, Fabricação de cal virgem, Formiga - MG, Processo nº 2395/2024, com validade até 09/10/2034. 7) Fundação Fundminas Ltda, Produção de fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico superficial, inclusive a partir de reciclagem, Cláudio - MG, Processo nº 2398/2024, com validade até 09/10/2034.

(a) Flávia Mara dos Santos Lopes.  
Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

A Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada:

1) Tipo da solicitação: Licença Ambiental Simplificada Las/Ras; Fase: Operação iniciada em 17/03/1982; Empreendimento: Artesanato de Fogos Nuclear Ltda.; Atividade(s): Fabricação de explosivos, detonantes, munição para caça e desporto e fosfóro de segurança e/ou fabricação de pólvora e artigos pirotécnicos; Município: Santa Antônio do Monte; PA/SLA nº: 3384/2020 e PT 06943/2004 e 00166/2003; Classe: 3; Váldia até 13/10/2030 do responsável Artesanato de Fogos Nuclear Ltda., CNPJ 17.265.570/0001-06 para o novo titular Fogos Dragão Ltda., CNPJ 48.493.368/0001-65.

Sr Flávia Mara dos Santos Lopes.  
Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no período de 30/09/2024 a 11/10/2024, conforme ato publicado em 27/09/2024.

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco – URA ASF torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta –TAC/FEAM/URAASF- CCP2024 (doc. SEI n. 98703817), sem processo formalizado – referente ao empreendimento abaixo identificado: AGROPÊU – AGRO INDUSTRIAL DE POMPÊU S.A., CNPJ n. 16.617.789/0001-64 – atividades: G-01-03-1 – culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, em área útil de 8.157,55ha; G-05-02-0 – barragem de irrigação ou de perenização para agricultura, em área inundada com 19,52ha, descritas na Deliberação Normativa do COPAM – DN n. 217, de 2017. Pompêu, MG – Processo Administrativo do TAC: SEI n. 2090.01.0013061/2024-13– Classe 04. Vigência: 02 (dois) anos, contados da data de assinatura do termo, realizada em 10/10/2024, desde que cumpridas todas as obrigações estabelecidas no instrumento, a tempo e modo. Sr. Flávia Mara dos Santos Lopes, Coordenadora de Administração e Finanças – CAF, designada para responder pela URA ASF no período de 30/09/2024 a 11/10/2024.

A Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no período de 30/09/2024 a 11/10/2024, conforme ato publicado em 27/09/2024, torna público que foi cancelada a Licença Ambiental Simplificada - LAS/Cadastro do empreendimento abaixo identificado:

1) EUGAS COMERCIO DE GASES EIRELI- Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos - Itaúna/MG - Processo nº 1166/2022, Classe 1, Motivo: a pedido do empreendedor.

(a) Flávia Mara dos Santos Lopes.  
Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

A Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no período de 30/09/2024 a 11/10/2024, conforme ato publicado em 27/09/2024, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

LAS-RAS: 1) Grãos Orgânicos Ltda, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Fortuna de Minas/MG, Processo nº 2402/2024, ANM 832.296/2012, Classe 3.

(a) Flávia Mara dos Santos Lopes.  
Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO  
(Publicado no Diário Oficial de MG no dia 09/10/2024 – pag. 10)  
Onde se lê:

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto A Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no período de 30/09/2024 a 11/10/2024, conforme ato publicado em 27/09/2024, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

LAS-RAS: 1) Município de Cláudio/Aterro sanitário, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de resíduos eletroeletrônicos, sem a separação de componentes, que não implique exposição de resíduos perigosos e Aterro sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte – ASPP, Cláudio/MG, Processo nº 1546/2023, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 08/10/2034.

(...)  
Leia-se:

A Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no período de 30/09/2024 a 11/10/2024, conforme ato publicado em 27/09/2024, torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

LAS-RAS: 1) Município de Cláudio/Aterro sanitário, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de resíduos eletroeletrônicos, sem a separação de componentes, que não implique exposição de resíduos perigosos e Aterro sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte – ASPP, Cláudio/MG, Processo nº 1546/2023, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 08/10/2034.

(a) Flávia Mara dos Santos Lopes.  
Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

\*As demais informações permanecem inalteradas.

10 2000190 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

O chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições, torna público que foi DEFERIDA a PRORROGAÇÃO de condicionante do processo abaixo identificado:

\*Renovação de Licença de Operação (RenLO): Companhia de Saneamento de Minas Gerais / COPASA - ETE Araxá. – Estação de tratamento de esgoto sanitário (vazão média prevista = 171,09 L/s). – Araxá/MG. – PA COPAM nº 1884/2005/003/2019. - Classe 4. - Decisão: DEFERIMENTO da PRORROGAÇÃO do prazo da CONDICIONANTE nº. 02, imposta no Parecer Único Nº 0392815/2020.

(o) Bruno Neto de Avila  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro

10 1999853 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretor-Geral: Breno Esteves Lasmar

INFORMA A SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

A servidora designada para responder pela URFBio Alto Médio São Francisco, nos termos da designação de competência publicada no Diário Oficial de Minas Gerais em 03/10/2024, página 10, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Autorização para Intervenção Ambiental, conforme o seguinte processo: \*Montano Solar Ltda./Fazenda Vargem Grande – CNPJ: 39.145.213.0001-47 – Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 3,00 ha – São Romão/MG – Processo SEI nº 2100.01.0029917/2024-60, em 07/10/2024.

(a) Aline dos Santos Fernandes  
Servidora designada para responder pela URFBio Alto Médio São Francisco

INFORMA O INDEFERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

A servidora designada para responder pela URFBio Alto Médio São Francisco, nos termos da designação de competência publicada no Diário Oficial de Minas Gerais em 03/10/2024, página 10, torna público que foi indeferido o requerimento de Autorização para Intervenção Ambiental do seguinte processo: \*Filadelfia Nature Participações e Empreendimentos Ltda./Fazenda Santa Maria da Vereda – CNPJ: 26.549.434/0001-39 – Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 994 ha – Bonito de Minas/MG – Processo SEI nº 2100.01.0014168/2024-35 – Data da decisão: 09/10/2024.

(a) Aline dos Santos Fernandes  
Servidora designada para responder pela URFBio Alto Médio São Francisco

INFORMA O ARQUIVAMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

A servidora designada para responder pela URFBio Alto Médio São Francisco, nos termos da designação de competência publicada no Diário Oficial de Minas Gerais em 03/10/2024, página 10, torna público que foi arquivado o requerimento de Autorização para Intervenção Ambiental do seguinte processo: \*José de Sales Barbosa/Fazenda Palmeiras – CPF: 556.564.806-\*\*- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 30,00 ha – Santa Fé de Minas/MG – Processo SEI nº 2100.01.0007329/2024-97 – Data da decisão: 09/10/2024.

(a) Aline dos Santos Fernandes  
Servidora designada para responder pela URFBio Alto Médio São Francisco

10 2000035 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no período de 30/09/2024 a 11/10/2024, conforme ato publicado em 27/09/2024, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 38 do Decreto Estadual nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, e no art. 23 do Decreto Estadual nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificações:

Retifica-se a portaria nº. 1207115/2019, publicada em 08/08/2019. Onde se lê: Embarré Industrias Alimentícias SA, inscrito no CNPJ sob o nº. 21.992.946/0001-51. Leia-se: Alvoar Látexos SA, inscrito no CNPJ sob o nº. 21.992.946/0001-51. Onde se lê: Validade: 08/08/2024. Leia-se: Validade: 27/07/2031. Município: Lagoa da Prata– MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URA Alto São Francisco. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br.

Divinópolis, 10 de outubro de 2024

10 2000212 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas Ural do Norte de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igamm nº 44, de 25 de setembro de 2023, prorrogada pela Portaria Igam nº 28, de 25 de setembro de 2024, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificação:

Retifica-se a portaria nº 00589 publicada dia 29/11/2023. Outorgados: Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – Usuários de Poços Tubulares: Inclusão de Usuários: Dosanko Frutas Tropicais Ltda – CNPJ: 06.286.309/0003-38. Município: Verdelândia. Curso d’água: Poço Tubular. Coordenadas Geográficas: Lat. 15°40’17,33’’S e Long. 43°33’26,30’’W. Vazão Autorizada (m³/h): 98,0. Finalidade: Irrigação de uma área de 32,0 ha através do método de micro aspersão, com o tempo de captação de 20:00 horas/dia. Dosanko Frutas Tropicais Ltda – CNPJ: 06.286.309/0003-38. Município: Verdelândia. Curso d’água: Poço Tubular. Coordenadas Geográficas: Lat. 15°40’21,65’’S e Long. 43°33’24,02’’W. Vazão Autorizada (m³/h): 90,0. Finalidade: Irrigação de uma área de 32,0 ha através do método de micro aspersão, com o tempo de captação de 20:00 horas/dia. Ilton Santos Durães – CPF: 951P\*\*\*-\*\*-44. Município: Verdelândia. Curso d’água: Poço Tubular. Coordenadas Geográficas: Lat. 15°39’20,57’’S e Long. 43°36’32,59’’W. Vazão Autorizada (m³/h): 20,0. Finalidade: Irrigação de uma área de 3,5 ha através do método de aspersão, com o tempo de captação de 16:00 horas/dia. Obs.: Os Outorgados contidos nessa portaria permanecem com as mesmas decisões. Municípios: Janaúba e Verdelândia – MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGAL NORTE DE MINAS. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br.

Belo Horizonte, 10 de Outubro de 2024.

10 1999888 - 1

A Gerente de Regulação de Usos de Recursos Hídricos - GERUR, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, prorrogada pela Portaria Igam nº 28, de 25 de setembro de 2024, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

\*Processo nº 2157/2024, Usuário: Companhia de Saneamento de Minas Gerais /COPASA-MG, Piedade do Rio Grande, Deferido, Portaria nº 24.01.0000226/2024.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta no Sistema de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos - Sout. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do Igam: www.igam.mg.gov.br.

Belo Horizonte, 10 de outubro de 2024  
ISADORA PINHO TAVARES DE FILIPPO  
Gerente Gerência de Regulação de Uso de Recursos Hídricos

10 2000158 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas da URGAL Central Metropolitana, no uso da competência estabelecida no Artigo 9º do Decreto 47.866 de 19 de fevereiro de 2020, delegada pela Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, prorrogada pela Portaria Igam nº 28, de 25 de setembro de 2024, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

\*Processo nº 46561/2024, Usuário: Condomínio do Edifício Los Angeles Family Residence, Belo Horizonte, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1304686/2024.\*Processo nº 43815/2024, Usuário: Horus Capital, Investimento e Financiamento Ltda, Nova Lima, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1304688/2024.\*Processo nº 70798/2023, Usuário: PMZ Automóveis Comércio e Manutenção Ltda – ME, Esmeraldas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1304689/2024.\*Processo nº 11170/2023, Usuário: Robson Soares da Silva, Baldim, Deferido, Portaria nº 1304690/2024.

Arquivamentos:

Arquiva-se o processo nº. 22890 de 18/07/2016. Requerente: Bunge Alimentos S/A. CNPJ: 84.046.101/0580-00. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 32 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Santa Luzia - MG.

Arquiva-se o processo nº. 21260 de 06/05/2024. Requerente: Condomínio Residencial Orsini. CNPJ: 47.461.784/0001-19. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 24, § 3º do Decreto nº 47.705/2019. Município: Belo Horizonte - MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGAL Central Metropolitana. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br.

Belo Horizonte, 10 de Outubro de 2024.

10 2000183 - 1

Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais - Arsae-MG

Diretor-Geral: Laura Mendes Serrano

DECISÃO DA DIRETORIA COLEGIADA  
ARSAE/GAB Nº 105/2024

Considerando o Processo nº 2440.01.0001686/2024-97, com o objetivo de conduzir os trâmites necessários para a assinatura do Convênio de Cooperação para Regulação e Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico entre o município de Ubá, a Arsae-MG e a Copasa-MG. Considerando os documentos encaminhados pelo município, bem como as análises da Procuradoria (97717912) e das equipes técnicas da Arsae (98363116, 98474750 e 98473931).

Considerando que esta agência não é parte no aditivo do contrato, mas indicada como entidade reguladora no referido instrumento.

Considerando que enquanto agência designada, observará os termos do contrato e seus aditivos, bem como a legislação e normatização pertinentes.

Em resposta às ressalvas apontadas pela Procuradoria desta agência: Ressalva 1:

10. Consta dos autos Minuta do 2º Termo Aditivo do Contrato de Programa (97439498), ao qual não se sabe se fora assinado pelo município e Copasa, já que não consta assinatura e nem está datado, repactuando o Contrato de Programa, com cláusulas definindo as novas regras, inclusive regras tarifárias, o que não se sabe se houve a chancela da Arsae-MG. (Ressalva 1)

Esclarece que os documentos dizem respeito a minutas, a serem formalizadas entre titular e prestador, após o firmamento do convênio de cooperação. Os anexos citados foram encaminhados à Arsae-MG no Processo SEI e apreciados nos documentos técnicos citados.

Ressalva 2:

12. Verificamos a mudança do termo Convênio de Cooperação para Convênio de Regulação, ressaltamos que a Constituição Federal e a legislação federal (Lei nº 11.445/2007), faz referência ao Convênio de Cooperação. (Ressalva 2)

Em atendimento às considerações da Procuradoria e da equipe técnica, a Diretoria decide por ajustar a nomenclatura para “Convênio de Cooperação” para Regulação e Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico.

Ressalvas 3 e 4:

14. Já o item 1.2 preconiza: “ repactuação do Contrato de Programa, II Termo Aditivo, o instrumento contratual terá primazia frente às normas regulatórias discricionárias, com regras e alocações de recursos definidos no Termo Aditivo ora repactuado, incluindo a Tabela Tarifária a ser aplicada, constante do Anexo II, e as regras definidas para os reajustes tarifários anuais, constantes da Cláusula Quarta do referido Termo.”

Ressalvamos que o II Termo aditivo mencionado e anexado aos autos (95839005) não consta o anexo mencionado. Tampouco se sabe se houve análise da Tabela Tarifária e das regras definidas para os reajustes tarifários anuais, o que deve ser objeto de análise pela área técnica da agência, antes da assinatura do referido convênio (Ressalva 3).

15. A Cláusula Segunda da minuta de convênio trata das obrigações dos convenientes: Item 2.1 consta as obrigações do Município. O item 2.2 consta as obrigações da Arsae-MG, destacando-se entre elas a letra J: “ j) avaliar pleito de revisão extraordinária para fins de reequilíbrio contratual, considerando os requisitos estabelecidos no contrato e na matriz de risco, constante do Anexo I do contrato, em atenção especial à Tabela Tarifária constante do Anexo II do contrato.”

Ressalvamos a menção ao anexo II que não consta dos autos e a necessidade de análise técnica da Arsae-MG da referida Tabela Tarifária (Ressalva 4)

Os anexos citados (97914564, 97914695, 97914838 e 97915016) foram encaminhados à Arsae-MG no Processo SEI e apreciados nos documentos técnicos (98363116, 98474750 e 98474750) após a emissão da Nota Jurídica pela Procuradoria da agência. A área técnica apontou uma série de sugestões para aprimoramento do Anexo I da minuta de termo aditivo, referente à matriz de riscos e adequação à Norma de Referência nº 05/2024 da ANA. Considerando que não há intervenção da agência reguladora no contrato, essas alterações não são condições essenciais para o firmamento do Convênio de Cooperação. Adicionalmente, conforme disposto na matriz firmada entre titular e prestador na versão final do aditivo contratual, a agência vai proceder com suas responsabilidades no que tange aos reequilíbrios contratuais futuros.

Adicionalmente, a equipe técnica da Arsae-MG verificou que as tarifas propostas ao acordo são iguais ou inferiores às praticadas atualmente pela regulação discricionária da agência (preço teto), sendo, portanto, vantajosas ao município.

Por fim, as regras para reajustes anuais diferem do regramento atual da agência, entretanto, não se observou vedações legais à repactuação neste sentido.

Ressalva 5:

18. Ato contínuo de análise, a Cláusula Quarta prevê que a Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento (TFAS) devida a Arsae-MG, deverá ser paga pelo prestador dos serviços observando as regras dispostas na Lei Estadual 18.309/2009. O valor previsto será recalculado anualmente conforme estabelecido na Lei Estadual 18.309/2009 (4.2). E havendo alteração da TFAS, será imediatamente garantido ao prestador dos serviços o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Ressalvamos a necessidade de manifestação técnica (CRE) sobre esta previsão, já que não há previsão legal para essa hipótese na Lei nº 18.309/2009. (Ressalva 5)

Eventual alteração na regra da TFAS se enquadraria como Fato do Princípe e, nesse sentido, tanto a matriz de riscos definida pela ANA, quanto a matriz regulamentada pela Arsae-MG alocam esse risco ao titular. No entanto, esse reequilíbrio é feito por meio de compensações retroativas aplicadas no momento dos reajustes anuais, sem motivar a realização de revisões tarifárias extraordinárias ou reequilíbrios contratuais. Nesse sentido, recomenda-se apenas a seguinte alteração na cláusula quarta da minuta de convênio:

4.3. Havendo alteração da TFAS, será garantido ao prestador dos serviços o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A retrada do termo “ imediatamente” objetiva apenas evitar alterações tarifárias em múltiplas datas, pois o reequilíbrio pode ser garantido no reajuste tarifário seguinte, com as devidas correções retroativas. Idealmente, o contrato deveria prever a possibilidade de eventuais compensações retroativas aplicáveis no momento dos reajustes. Mas, sendo omissão, deve valer a regulamentação da Arsae-MG e da ANA.

Ressalva 6:

21. Ressalva-se também, a ausência nos autos de autorização da Diretoria Colegiada para a celebração do convênio em análise conforme disposto no artigo 6º inciso III, “a” do Decreto nº 47.884/2020: (Ressalva 6)



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202410102354180110.



MINAS GERAIS

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor: MASP 1395362-5, ARIANE DE FATIMA VIDAL SOUZA, referente ao cargo efetivo Assistente Executivo de Defesa Social - Auxiliar Administrativo, do Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz, para a Diretoria de Benefícios e Vantagens, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0171714/2024-87.

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2024.  
ROGÉRIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor: MASP 1213601-6, MICHELLE TATIANE LOPES, referente ao cargo efetivo Assistente Executivo de Defesa Social - Auxiliar Administrativo, do Presídio Inspetor José Martinho Drumond, para a Diretoria de Saúde Prisional, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0168889/2024-23.

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2024.  
ROGÉRIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor: MASP 1382326-5, ANGELICA NOGUEIRA DE MEIRA, referente ao cargo efetivo Analista Executivo de Defesa Social - Psicólogo, do Presídio de Timóteo, para o Centro de Remanejamento do Sistema Prisional Ipatinga, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0140376/2024-82.

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2024.  
ROGÉRIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR PERMUTA”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea b, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0188603/2024-81, os servidores: MASP 1341010-5, ROBSON RODRIGO DA MOTA FERNANDES, referente ao cargo efetivo Policial Penal, do Presídio de João Pinheiro, para o Presídio de Unai, MASP 1078225-8, UILSON CESAR DE CASTRO, referente ao cargo efetivo Policial Penal, do Presídio de Unai, para o Presídio de João Pinheiro.

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2024.  
ROGÉRIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

08 1999177 - 1

ATO 982/2024 - TORNA SEM EFEITO CONCESSÃO DE PROGRESSÃO E PROMOÇÃO  
Torna sem Efeito na Resolução Sejusp Nº1799/2024, publicada em, 04/10/2024 a progressão e promoção a parte referente ao servidor Masp: 10797959 MARCOS MARIA BONTEMPO, por motivo de erro material.

Belo Horizonte, 07 de outubro de 2024  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

08 1998797 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Expediente

RESOLUÇÃO SEMAD Nº3.319, DE 19 DE SETEMBRO DE 2024  
Altera a Resolução Semad nº 3.264, de 27 de outubro de 2023, que credencia servidores para a prática das atividades relativas às ações de fiscalização e autuação no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências.  
A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso de atribuição que lhe confere o inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado, e tendo em vista o parágrafo único do art. 48 do Decreto nº 47.383, de 2 de março de 2018; REVOLVE:

Art. 1º — O Anexo Único da Resolução Semad nº 3.264, de 27 de outubro de 2023, passa a vigorar com a inclusão do seguinte servidor:

NOME DO SERVIDOR	MAASP
Karina Idemburgo	1.327.266-1

Art. 2º — Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.  
Belo Horizonte, 19 de setembro de 2024  
Leonardo Monteiro Rodrigues  
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em exercício

08 1998950 - 1

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, com validade: 10 anos. 1) José Antonio Portes/ Fazenda Santana Lugar Capão da Erva, Matr. 17.454, 17.455 e 17.456 - Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Nova Ponte/MG - PA nº 2202/2024, Classe 2. 2) Resist Indústria de Calçados Ltda. - Confeção de calçados de couro - Araguari/ MG - PA nº 2201/2024, Classe 2. 3) Valnir Divino de Oliveira/ Fazenda Perobas e Sociedade das Perobas, Matr. 6.799 e 10.557- Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Campina Verde/MG - PA nº 2161/2024, Classe 2.

(a) Bruno Neto de Ávila.  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro.

08 1999009 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro torna público que foram finalizadas as análises das Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas, com decisão pelo DEFERIMENTO cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Depósito de Areia do Nene Ltda./ ANM: 830181/2015 - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - Santa Juliana e Sacramento/MG - PA/SLA nº 1664/2024, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. 2) Depósito de Areia do Nene Ltda./ ANM: 832170/2023 - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - Sacramento e Santa Juliana/MG - PA/SLA nº 1670/2024, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Bruno Neto de Ávila.  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro.

08 1999010 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Alto Paranaíba torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento e \*prazo de validade de 10 (dez) anos: 1) Eleusa de Fátima de Melo Lemos/Fazenda Ribeirão da Mata, 98.470, 56.497, 88.590, 97.011, 97.125, 53.101, 98.472, 1.116, 98.471, 98.473, 56.498, 99.200, 88.224, 97.123, e 97.124, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Patos de Minas/MG, PA nº. 2282/2024, Classe 1.

(a) Ilídio Lopes Mundim Filho  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto Paranaíba

08 1999164 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, torna público que foram DEFERIDOS os requerimentos de transferência de responsabilidade administrativa das licenças ambientais abaixo identificadas:

- LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada:

1) Luciane Pires Félix, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento e estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Salinas/MG, nº da licença: 2585 PA/nº 2585/2022 ANM 831.945/2014 e 831.946/2014, Classe 2, concedida com condicionantes. Válida até: 30/09/2032, do responsável Luciane Pires Félix ME, CNPJ 26.639.846/0001-60 para o novo titular B C Valadão Mineradora e Transportes, CNPJ 27.274.085/0002-33.

2) Bentes Mineração Exportação e Importação Ltda., Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários e lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários e lavra a céu aberto

- Rochas ornamentais e de revestimento, Salinas/MG, nº da licença 1206, PA/nº 1206/2023 ANM 831.219/2017, Classe 2. concedida com condicionantes. Válida até: 12/07/2033, do responsável Bentes Mineração Exportação e Importação Ltda., CNPJ 19.732.805/0001-58 para o novo titular Belo Lithium Mineração Ltda., CNPJ 43.878.350-0002-49.

3) Carlos André Orneles, Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos e estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Salinas/MG, nº da licença 1013, PA/nº 1013/2023 ANM 830.691/2017, Classe 2. concedida com condicionantes. Válida até: 26/06/2033, do responsável Carlos André Orneles, CPF 065.\*\*\*.\*\*\* para o novo titular Belo Lithium Mineração Ltda., CNPJ 43.878.350-0002-49.

4) Granitos Salinas Ltda., Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários e lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Salinas/MG, nº da licença 1198, 1198/2023 ANM 831.799/2005, Classe 2. concedida com condicionantes. Válida até: 28/06/2033, do responsável Granitos Salinas Ltda., CNPJ 05.832.830/0001-07 para o novo titular Belo Lithium Mineração Ltda., CNPJ 43.878.350-0002-49.

- LAS cadastro:

1) Robertta Mamede Machado Ltda. - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Monte Azul/MG, nº da licença 75621875, PA nº: 75621875/2019 Classe: 2. Concedida com condicionantes. Válida até: 16/08/2029, do responsável Robertta Mamede Machado Ltda, CNPJ 33.915.410/0001-11 para o novo titular Soares e Freitas Ltda., CNPJ 33.915.410/0001-11.

(a) Mônica Veloso de Oliveira.  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

08 1998901 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público o cancelamento das Licenças Ambientais abaixo identificadas:

- LAS CADASTRO: 1) Nilson Alves/Fazenda Cavalo Branco, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime de confinamento, Nanuque/MG, PA/Nº 1502/2023, classe 2. Motivo: fragmentação de licenciamento. 2) Vitor Zanoti Alves/Fazenda Cavalo Branco, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Nanuque/MG, PA/Nº 1503/2023, classe 2. Motivo: fragmentação de licenciamento.

(a) Lirriet de Freitas Libório Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Leste Mineiro

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: -LAS CADASTRO: 1) Margarette de Oliveira Paixão, Lavra subterrânea pegmatitos e gemas, Antônio Dias/MG, PA/Nº 2287/2024, classe 2.

(a) Lirriet de Freitas Libório Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Leste Mineiro

08 1999222 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas nas modalidades LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos: - LAS CADASTRO: 1) INDEPE – Inhapim Derivados de Petróleo Ltda., Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos, Ubaporanga/MG, PA/Nº: 2265/2024. 2) Tavile Reciclagem de Eletroeletrônicos Ltda., Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de resíduos eletroeletrônicos, sem a separação de componentes, que não implique exposição de resíduos perigosos, Guanhães/MG, PA/Nº: 2266/2024. 3) Transportes Papa Leguas Ltda., Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Santa Rita de Minas/MG, PA/Nº 2268/2024.

(a) Lirriet de Freitas Libório Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Leste Mineiro

08 1999222 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAC 1 - Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação concomitantemente: \*Lactalis do Brasil - Comércio, Importação e Exportação de Laticínios Ltda. - Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Pouso Alto/MG, PA nº 2271/2024, Classe 4.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1. Premium Fertilizantes Ltda., Formulação de adubos e fertilizantes, Alfenas/MG, Processo nº 2124/2024. 2. Município de Campestre, Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Campestre/MG, Processo nº 2135/2024. 3. Gezo Moreira da Silva, Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, Pouso Alegre/MG, Processo nº 2158/2024.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

08 1999178 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público o encerramento do Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado.

1) Condomínio Portal Sul, atividades e empreendimentos residenciais multifamiliar, comerciais ou industriais previstos no art. 4º-B, da Lei Estadual 15.979 de 2006, desde que sujeitos ao licenciamento ambiental estadual nos termos da Deliberação Normativa Copam nº 222, de 23 de maio de 2018, Belo Horizonte/MG, Processo SEI/Nº 1370.01.0003734/2022-38. Motivo: encerramento do prazo de vigência e a emissão da Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental tornou sem efeito as obrigações vigentes no TAC.

(a) Mateus Romão Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

RETIFICAÇÃO

(Publicado no Diário Oficial de “MG” no dia 08/10/2024 - pág. 10)  
O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram Licença Ambiental. Informa que foram apresentados EIA/ RIMA, e que os estudos ambientais se encontram à disposição dos interessados no endereço eletrônico <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consultaaudiencia>, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Mateus Romão Oliveira -  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

Onde se lê:

(...) “\*Licença de Operação Corretiva (LAT): Mineral do Brasil Ltda., postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação; pilhas de rejeito/estéril - minério de ferro; reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito; lavra a céu aberto - minério de ferro; unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a seco; unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a úmido (minério de ferro), ANM/Nº 005773/1948, Brumadinho e Mário Campos/MG, Processo nº 2258/2024, classe 5. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado. Processo SEI/ Nº 2090.01.0024864/2024-74. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (27,872 ha). Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas (628un/28,7378 ha).”

Leia-se:

(...) “\*Licença de Operação Corretiva (LAT): Mineral do Brasil Ltda., postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação; pilhas de rejeito/estéril - minério de ferro; reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito; lavra a céu aberto - minério de ferro; unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a seco; unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a úmido (minério de ferro), ANM/Nº 005773/1948, Brumadinho e Mário Campos/MG, Processo nº 2258/2024, classe 5. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado. Processo SEI/ Nº 2090.01.0025694/2024-71. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (12,80 ha). Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP (0,27 ha). Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP (0,44 ha).”

08 1999076 - 1

EXTRATO DA DECISÃO SEMAD/ASSOC - SE.COPAM  
Nº. EFEITO SUSPENSIVO - PCH GAMELA/2024

O secretário de estado adjunto de meio ambiente e desenvolvimento sustentável e secretário executivo do conselho estadual de política ambiental, considerando o poder-dever de autotutela e considerando o poder geral de cautela que regem a Administração Pública, nos termos do art. 57, parágrafo único, da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e do §2º do art. 6-A do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, TORNA PÚBLICO O EFEITO SUSPENSIVO APLICADO À DECISÃO do item 6.1 da pauta da 165ª RO da URC/TM, relativo ao recurso interposto por Minas PCH S.A./AHE Gamela, PA/Nº 04873/2011/001/2013, até que sobrevenha a decisão final de análise de controle de legalidade.

Leonardo Monteiro Rodrigues  
Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Secretário Executivo do Conselho Estadual de Política Ambiental

08 1999127 - 1

A Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no período de 30/09/2024 a 11/10/2024, conforme ato publicado em 27/09/2024, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

LAS-RAS: 1) Município de Cláudio/Aterro sanitário, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de resíduos eletroeletrônicos, sem a separação de componentes, que não implique exposição de resíduos perigosos e Aterro sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte – ASSP, Cláudio/MG, Processo nº 1546/2023, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 08/10/2034.

(a) Flávia Mara dos Santos Lopes  
Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco

08 1999222 - 1

A Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no período de 30/09/2024 a 11/10/2024, conforme ato publicado em 27/09/2024, torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) Baze Mineração, Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, Divinópolis - MG, Processo nº 2259/2024, com validade até 08/10/2034. 2) Artefatos de Cerâmica Piracema Ltda, Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, Piracema - MG, Processo nº 2260/2024, com validade até 08/10/2034. 3) Indústria de Água Mineral Águas de Minas Ltda, Extração de água mineral ou potável de mesa, Pequi - MG, Processo nº 2261/2024, com validade até 08/10/2034. 4) ACP Bioenergia Ltda, Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Florestal - MG, Processo nº 2263/2024, com validade até 08/10/2034. 5) Cerâmica Minas Brasil Ltda, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Conceição do Pará - MG, Processo nº 2264/2024, com validade até 08/10/2034. 6) Rede Peixe Bravo Pompeu Ltda, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Pompéu - MG, Processo nº 2267/2024, com validade até 08/10/2034. 7) Pitangui Agro-florestal Ltda, Silvicultura, Leandro Ferreira – MG, Processo nº 2284/2024, com validade até 08/10/2034.

(a) Flávia Mara dos Santos Lopes  
Coordenadora de Administração e Finanças da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco

08 1999211 - 1

QUARTA-FEIRA, 09 DE OUTUBRO DE 2024 – 7

Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam

Presidente: Rodrigo Gonçalves Franco

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente revoga o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, a MARIANA ANTUNES PIMENTA, MASP 1363915-8, a gratificação temporária estratégica GTEI-2 MA1100431.

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente exonera, nos termos do art. 106, alínea “b”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, a MARIANA ANTUNES PIMENTA, MASP 1363915-8, do cargo de provimento em comissão DAI-22 MA1100431.

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do art. 1º, § 2º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, LIANA NOTARI PASQUALINI, MASP 1312408-6, para o cargo de provimento em comissão DAI-22 MA1100431, de recrutamento amplo, para chefiar a Gerência de Suporte Técnico.

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, nos termos do art. 13 da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007 e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, atribui a LIANA NOTARI PASQUALINI, MASP 1312408-6, chefe da Gerência de Suporte Técnico, a gratificação temporária estratégica GTEI-2 MA1100371.

08 1999078 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretor-Geral: Breno Esteves Lasmar

O Diretor Geral do Instituto Estadual de Florestas, no uso de suas atribuições legais, REMOVE EX-OFFICIO, nos termos do art. 80, da Lei nº 869, de 05 de julho de 1952, o servidor GABRIEL CARVALHO DE AVILA, MASP 1.121.323-8 ocupante do cargo efetivo de Analista Ambiental, da área de abrangência da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Rio Doce para a área de abrangência da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Jequitinhonha.

07 1998788 - 1

RETIFICAÇÃO  
Publicado no IOF dia 28/09/2024.Pág 39.73

Onde se lê: Arquivamento: \*Prefeitura Municipal de Carangola / CNPJ \*\* 279.827/\*\*\*\*-\*\*/ Carangola /MG - 2100.01.0017860/2024-67 em 27/09/2024.

Leia-se: Concessão de AIA: Prefeitura Municipal de Carangola/ CNPJ:\*\* 279.827/\*\*\*\*-\*\* - Intervenção em área de preservação permanente sem supressão de fragmento, com supressão de árvores isoladas, Carangola /MG, Processo Nº 2100.01.0017860/2024-67, em área autorizada de 0,3532/ ha . Validade: 3(três anos), contados da data de emissão da autorização: 27/09/2024.

(a)(Dalyson Figueiredo Soares Cunha  
Supervisor Regional URFBio Mata

08 1998836 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

Os Coordenadores das Unidades Regionais de Gestão das Águas Urga’s, do Sul de Minas, Central Metropolitana, Noroeste de Minas, Alto São Francisco e Leste Mineiro, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, prorrogada pela Portaria Igam nº 28, de 25 de setembro de 2024, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: \*Processo: 09375/2024, Empreendedor: Posto Trevão II Comércio de Combustíveis Ltda, Município: Lavras, Status: Indeferido, Portaria: 00472/2024. \*Processo: 03095/2024, Empreendedor: Valgroup HD Indústria de Embalagens Flexíveis Ltda, Município: Passa Quatro, Status: Indeferido, Portaria: 00473/2024. \*Processo: 00097/2024, Empreendedor: Mambuca Energética S.A, Município: Passos, Status: Indeferido, Portaria: 00474/2024. \*Processo: 15552/2024, Empreendedor: Edivaldo José de Melo, Município: Bom Repouso, Status: Indeferido, Portaria: 00475/2024. \*Processo: 67796/2023, Empreendedor: Thiago Vilanova Tredecini, Município: Pirangaçu, Status: Indeferido, Portaria: 00476/2024. \*Processo: 11013/2024, Empreendedor: Isis Baldini Elias, Município: Guaranésia, Status: Indeferido, Portaria: 00477/2024. \*Processo: 19066/2022, Empreendedor: Minasfer Siderurgia Ltda, Município: Sete Lagoas, Status: Indeferido, Portaria: 00478/2024. \*Processo: 09150/2023, Empreendedor: Alfredo Alves de Oliveira Melo, Município: Florestal, Status: Indeferido, Portaria: 00479/2024. \*Processo: 15831/2022, Empreendedor: Marcelo Candiotti Moreira de Carvalho, Município: Funilândia, Status: Indeferido, Portaria: 00480/2024. \*Processo: 03803/2024, Empreendedor: Ricardo Gomide Vaz e Agropecuária Aliança de Catalão Ltda - ME, Município: Paracatu, Status: Indeferido, Portaria: 00481/2024. \*Processo: 19855/2024, Empreendedor: José Altemir Ottoni, Município: Arinos, Status: Indeferido, Portaria: 00482/2024. \*Processo: 21342/2024, Empreendedor: Fábio Augusto Gouveia, Município: Paracatu, Status: Indeferido, Portaria: 00483/2024. \*Processo: 29017/2024, Empreendedor: Dragagem Alves Teixeira, Município: Fortuna de Minas, Status: Indeferido, Portaria: 00484/2024. \*Processo: 48494/2024, Empreendedor: G 8 Reduto Mineração Ltda, Município: Pequi, Status: Indeferido, Portaria: 00485/2024. \*Processo: 43965/2024, Empreendedor: Gilmar Martins de Lacerda, Município: Pompéu, Status: Indeferido, Portaria: 00486/2024. \*Processo: 45555/2024, Empreendedor: Carlos Eduardo Durcercino da Silva, Município: Pompéu, Status: Indeferido, Portaria: 00487/2024. \*Processo: 24407/2024, Empreendedor: Lindomar Antônio Soares, Município: Governador Valadares, Status: Indeferido, Portaria: 00488/2024. \*Processo: 34962/2024, Empreendedor: Bom Sucesso Participações Societárias Ltda, Município: Governador Valadares, Status: Indeferido, Portaria: 00489/2024. \*Processo: 40640/2024, Empreendedor: Adonai Garcia de Oliveira, Município: Poté, Status: Indeferido, Portaria: 00490/2024. \*Processo: 34170/2024, Empreendedor: Edson Faria, Município: Malacacheta, Status: Indeferido, Portaria: 00491/2024. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia nas URGAS’S, SUL DE MINAS, CENTRAL METROPOLITANA, NOROESTE DE MINAS, ALTO SÃO FRANCISCO e LESTE MINEIRO. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM,